



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI), BRASÍLIA, DF,**

**16 DE DEZEMBRO DE 1998**

*Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado; Senhora Ministra Cláudia Costin; Senhor Presidente da CNI, Senador Fernando Bezerra; Meu amigo Félix de Bulhões, que é o Presidente do CEB 500; Representantes desta mesma instituição, eu os saúdo aqui, saudando o Doutor Antônio Ermírio de Moraes, que realmente, esta manhã, não só inibi o Fernando, mas a mim também. Quisera eu ter os dotes que ele tem de, de maneira tão expressiva e direta, dizer em poucas palavras todo o sentimento, que não é só dele, é de todos nós; Senhores Embaixadores; Senhores Parlamentares; Empresárias, Empresários; Senhoras e Senhores,*

Este Conselho Empresarial reúne, hoje, aqui, algumas das personalidades mais expressivas da nossa vida pública e da nossa economia. E o motivo não é habitual: é a nossa história. Como aprender com o passado, como exaltar o que realizamos, o que somos, identificar nossas insuficiências e desenhar juntos o Brasil que nós queremos.

É esse o sentido maior da comemoração dos nossos 500 anos: é o encontro das brasileiras e dos brasileiros com eles próprios, dentro da multiplicidade das visões do que somos.

Curiosamente, somos dos raros países que se referem à Descoberta do Brasil. Os outros falam, às vezes, da conquista, usam outras expressões de outros idiomas. Nós falamos da Descoberta do Brasil. É uma coisa significativa, é como se aqui houvesse alguma coisa oculta que estava sendo revelada ao mundo. E era boa, porque, ao comemorarmos, ao celebrarmos essa Descoberta, queremos que o mundo todo, mormente este agora que é globalizado, compartilhe conosco aquilo que nós somos, ou seja, uma afirmação positiva.

E sem mesmo expressar, ao dizer Descoberta, que o Brasil não foi apenas descoberto pelos portugueses, que aqui encontraram indígenas de vários grupos, mas ele foi inventando. Ele foi inventado por nós. E talvez a síntese maior dessa invenção tenha sido o exemplo dado há poucos instantes pelo Doutor Antonio Ermírio. Em que país do mundo um líder empresarial do porte do Antonio Ermírio é capaz de falar, primeiro de improviso e, segundo, expressar essa coisa tão extraordinária que é de, dentro da informalidade – também típica nossa –, mostrar criatividade?

O Brasil foi, realmente, inventado por todos nós. E é porque ele tem inventores deste porte, como o do Antonio Ermírio, de muitos que aqui estão, e dos milhares ou mesmo milhões cujos nomes nem sabemos, que nós, hoje, comemoramos não apenas a Descoberta, mas a nossa própria invenção. Será, talvez, pretensioso comemorar o que nós mesmos estamos comemorando, mas um país que não acredita em si, que não tem essa pitada de pretensão, não há de ser uma grande nação. E nós somos uma grande nação.

É por isso que essa grande festa nacional só fará sentido se cada segmento da sociedade, assim como fazem os empresários hoje, oferecer a sua visão própria da história que tivemos e do futuro que queremos.

Somos uma nação tolerante, vigorosa, jovem, esperançosa, de homens e mulheres que se respeitam na diferença, convivem na democracia e se unem cada vez mais no propósito comum de construir um país mais justo, que foi o que nós ouvimos de todos que aqui me antecederam.

Devemos insistir nessa diversidade, nessa pluralidade, naquilo que alguns pensam que é tibieza, mas que, na verdade, é uma virtude de

plasticidade, que é a tolerância. A tolerância não significa aceitar o que está errado, mas significa ser capaz de entender por que está errado, para que nós possamos, aí, sim, juntos, modificar as coisas. É uma dimensão da nossa cultura própria que não deve ser perdida nunca. E o fato de nós todos aqui estarmos reafirmando que queremos mudar o Brasil, que queremos vê-lo melhor, com o povo mais feliz, mas que queremos isso no debate, no diálogo, na discussão e na democracia, é muito importante.

Recentemente, fui diplomado como Presidente reeleito do Brasil pelo Tribunal Superior Eleitoral. E o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que é Ministro do Supremo Tribunal Federal, fez uma referência a alguma coisa que a gente no dia-a-dia nem percebe. Aqui, no Brasil, votaram 83 milhões de brasileiros. Votaram. Não são inscritos. Oitenta e três milhões. Recebi 35 milhões de votos. Isso é mais que todos os que votaram na última eleição dos Estados Unidos.

Este é um país que tem uma população que começa, efetivamente, a existir como autora, como capaz de desenhar um futuro para o país. Este é um país que sabe de onde veio, confia no caminho que está percorrendo, sabe dos seus objetivos, mas também sabe que, sem que haja democracia, diálogo, não avança. Isso é muito importante.

Ouvi aqui e ali alguns reparos ao fato de algo – permitam-me dizer, já que o Antonio Ermírio quebrou o formalismo, eu gosto disso –, algo que me deu muita alegria. Convidei o meu principal opositor para conversarmos, só para conversarmos. Ele aceitou. Isso me deixou muito feliz, por ele ter aceitado. Por isso, acho que é necessário, no Brasil, que as diferenças não signifiquem obstáculos, mas ver em conjunto o caminho do futuro, mesmo divergindo, mesmo entrando em conflito, mesmo não estando de acordo.

A democracia implica isso. E isso é a tolerância. É fácil, sendo Presidente, convidar alguém. Mais difícil é, não sendo Presidente, sendo derrotado, aceitar o convite. Esse é um símbolo também, como foi o símbolo do Antonio Ermírio, de que existem elementos no Brasil para a construção de uma cultura, inclusive de uma cultura política que permita esta fenda de progresso na qual estamos lutando.

E os brasileiros, como já foi dito aqui, não aceitam mais conviver com o paradoxo de um país rico, mas com gente pobre. Fácil dizer, difícil fazer – e os dados que o Antônio Ermírio deu são verdadeiros. O fato de ser difícil não nos exime da necessidade de lutarmos para fazer isso.

Temos uma alegria cotidiana. Precisamos ter uma alegria cotidiana, uma familiaridade mais fácil, mas ainda temos muita violência e muito desrespeito aos direitos humanos. E o nosso sentido de celebração dos 500 anos não pode ser o do esquecimento daquilo que nós temos que mudar e que está errado. É claro que nós temos energia, coragem, disposição.

Há pouco mais de quatro anos, cinco anos, talvez, iniciamos transformações expressivas em nosso país. E isso foi feito com movimento social profundo. É um movimento social profundo, abrangente e inexorável. Onde quer que lancemos os olhos, o Brasil está mudando. Em algumas áreas mais intensamente, em outras menos. Na grande maioria dos casos, para melhor.

Na economia – tema central, na verdade, do nosso encontro –, estamos promovendo o que meu companheiro e amigo Mário Covas chamou, em discurso memorável no Senado, há alguns anos, de “choque do capitalismo”. O Brasil se insere com autoconfiança e maturidade na economia internacional. É um Brasil que não alimenta projeto hegemônico, mas que, tampouco, carrega complexo de inferioridade.

É um país que se orgulha de pertencer a um grupo regional, o Mercosul, que é, hoje, uma das quatro mais importantes plataformas produtoras e exportadoras do mundo. E que, a partir de 1º de janeiro de 99, verá o estabelecimento de uma zona de livre-comércio plena, unindo as economias brasileira e argentina com tarifa zero também para a entrada, nesses dois grandes mercados, de produtos originários do Paraguai e do Uruguai.

O Brasil busca, no mercado internacional, os recursos financeiros e tecnológicos para promover o salto de desenvolvimento de que tanto precisa. Esta nação identifica, como aqui foi dito pelo Presidente da Confederação Nacional da Indústria, na abertura da economia, a opor-

tunidade de oferecer à sua população produtos de qualidade a preço baixo e um estímulo para a competitividade, para a qualificação do trabalhador e para salários mais elevados.

E o Real foi o ponto de partida dessas transformações. Ele rompeu, definitivamente, o círculo vicioso da inflação. Retirou milhões de brasileiros da pobreza e deu-lhes acesso ao consumo. Restaurou a segurança dos investidores e resgatou a capacidade do planejamento. O País recuperou sua credibilidade e o brasileiro, a sua confiança.

De novo, permitam-me acrescentar algumas palavras. Quando das discussões a respeito do que fazer nos idos de 92, 93, muito pouca gente acreditava que fosse possível fazer alguma coisa. Vejo, aqui, assentindo com o rosto, o Eliseu Resende, que era Ministro da Fazenda. Ele sabe o empenho que tive em ajudá-lo, quando ele foi Ministro, eu era Ministro do Exterior, o quanto lutei até para que ele não saísse.

Não sabia eu que, saindo ele, recairia sobre os meus ombros o desafio que ele estava tentando enfrentar. Mas nós enfrentamos. Não foram muitos os que acreditaram, foram pouquíssimos. Não foram muitos os que aceitaram sequer o chamamento de vir para o Governo, foram pouquíssimos. A luta não foi fácil. A inflação parecia ser eterna, como hoje a pobreza parece ser mais difícil de superar, e como certas questões que nos atormentam, que são conjunturais, parece que vão ser eternas. E nós vencemos.

Ora, o País foi capaz de vencer – não foi o homem que venceu, não foi o Governo que venceu, não foi o Congresso que venceu –, foi a Nação que entendeu que bastava de inflação. Se o País foi capaz disso, se foi capaz de entender o rumo, por que nós não vamos vencer os outros obstáculos?

Eu me recordo de conhecer a Europa pobre – e aqui há outros, um pouquinho mais velhos que eu, que a conheceram mais pobre ainda, quando lá estudaram. Não vou citar nomes para não ferir ninguém. Não digo nem os cabelos brancos, mas as carecas brancas que aqui estão.

Mas é verdade. Eu conheci não a Espanha e Portugal só, a França pobre, a Inglaterra empobrecida. Mendigos na rua, problemas de todo tipo. Isso foi quando? Há poucas décadas. Em questão de 20, 30 anos, a

Europa mudou totalmente. Ora, já começamos a mudar. Saímos de uma situação de inércia diante da inflação, diante da impossibilidade de olhar o futuro um palmo adiante, diante da quase impossibilidade de o Estado, realmente, existir como uma força ativa no País e deixar de ser apenas clientelista. Por que não vamos enfrentar, e com galhardia, com vontade de acertar, com confiança, os problemas que nós temos? Nós vamos seguir adiante. Nós avançamos muito, mas é claro que o próprio avançar revela limites, evidencia insuficiências e indica correção de rotas. Entendo assim o clamor dos empresários.

A verdade é que, na transição para uma economia mais competitiva, alguns produtores ficaram desamparados. Não que se questione – ninguém aqui questionou – a abertura de nossas fronteiras, nem a necessidade de competir. Quem pensar isso não sabe, mas já morreu. Não que se busque o retorno ao passado do protecionismo e de subsídios, que a sociedade brasileira não tolera mais. Não tolera, porque o preço do subsídio, o preço do protecionismo, foi o povo ter a inflação, e a inflação arrasou com a economia popular, levou mais e mais gente para a miséria. Não há horizonte na volta a essas práticas e nem creio que aqui foi dita uma só palavra que pudesse indicar essa direção. Pelo contrário, as palavras foram de entendimento de que há desafios e condições que não são definidos por nós, são impostos não a um ou a outros, mas a todos, e que são inescapáveis. É preciso reagir com inteligência para tirar proveito da situação, superar as dificuldades e seguir avançando.

É claro que, para competir como quer, o empresário precisa contar com condições comparáveis às dos que produzem lá fora. Ouvi isso aqui. E isso nossos empresários ainda não têm. Aqui, eu sei e todos sabem que os juros são mais altos, os encargos mais elevados, o sistema tributário perverso e a infra-estrutura ainda inadequada. Esses são os obstáculos. Lutamos contra eles no dia-a-dia. É tão fácil dar uma declaração à imprensa, dou quase todos os dias. Não muda quase nada, mas vai formando um ambiente, vai criando um movimento. Mas o difícil não é falar, é fazer.

Aqui foi dito com muita propriedade: precisamos de mais reformas. Reforma não é uma palavra abstrata. Aqueles que estão perto de mim

sabem que, nos momentos da votação das reformas, trabalho todo o tempo, e quase sempre com muito poucos ao meu lado, quase sempre as lideranças do Congresso, lutando para obter alguns avanços.

E a sociedade parece que assiste, distante, a uma luta de gladiadores. Faz assim ou faz assim, conforme o resultado do painel, mas não dá arma prática na hora da briga para o lutador estar do bom lado. Eu os conclamo também a que venham para a arena. Não aquela velha Arena que sempre detestei, mas a arena do Brasil que se constrói hoje, que é de um Brasil que precisa do diálogo, que precisa de todos, não só na palavra, na retórica, seja na crítica ou no elogio, mas no dia-a-dia. E o dia-a-dia é mais áspero, às vezes é solitário, às vezes é injusto, às vezes é desagradável, mas é com ele que se constrói uma nação.

Com a responsabilidade que tenho, de ter sido reeleito por esse povo, nunca, em nenhum dia, deixei de me empenhar por tudo isso que está dito aqui, pelas reformas, pela criação de melhores condições, para que a taxa de juros não fosse apenas uma palavra fácil de dizer. Ainda ontem, recebendo empresários, eu disse: se dependesse de mim, como ainda tenho um ou outro amigo banqueiro, 1%, para remunerar. Mas não depende. É uma ilusão imaginar que, na condição desse mundo globalizado, a decisão sobre juros é formada pela equipe de Governo. Ela é formada pelos mercados, e não é pelo mercado interno, apenas, é pelo mercado internacional que presta atenção a qualquer gesto, até mesmo quando, de repente, até por falta de coordenação, assumo responsabilidade, numa decisão congressual. Tem-se uma decisão que dá a impressão de que, de repente, não haverá mais ajuste. E isso diminui a capacidade que se tem de baixar a taxa de juros.

Ah, se fosse possível fazer uma reunião de órgão técnico qualquer – que sempre é técnico, mas tem, obviamente, ouvidos políticos. Se fosse possível dizer: “Baixem os juros!”, e os juros baixassem, seria até um desafio a Deus, porque a pessoa que tivesse essa condição teria como condicionar o comportamento de toda a humanidade. Não é assim. Nós construímos com confiança, nós construímos com trabalho, nós construímos com reformas, nós construímos criando condições efetivas de competitividade. É assim que nós construímos um futuro que

permita – como vai permitir, porque nós faremos, com o apoio de todos – que haja um horizonte em que essas questões possam avançar.

É claro que estou inteiramente a par dessa realidade e, por isso, digo com serenidade e também com determinação: não haverá descaso com a indústria nacional. A estabilidade da moeda não está em questão, foi dito por todos, porque é uma conquista dos brasileiros, sobretudo dos mais pobres, além de ser a precondição para qualquer projeto nacional. O combate tenaz e prioritário ao déficit fiscal tampouco está em questão. Nós vamos levar adiante esse combate ao déficit, custe o que custar. Antônio Ermírio falou em sangue, suor e lágrimas, talvez sem sangue – eu espero, pelo menos o meu – mas com muito suor e lágrimas também, porque é muito difícil cortar despesas. Assim como dói ao empresário dispensar o trabalhador, dói ao Presidente da República tomar decisões que ele sabe que vão ocasionar dispensas. E dói, também, cortar gastos de Ministérios que são essenciais para o desenvolvimento do País, mas que, nas circunstâncias, muitas vezes, é-se obrigado a fazer.

Que ninguém duvide, eu farei. Eu farei, e não prometo em 99, como não prometi em setembro de 98, em plena campanha eleitoral, um ano de facilidades, prometo um ano de correção. Prometo um ano de preparação. Prometo um ano de dureza, mas não é uma dureza de quem tem um coração insensível, é uma dureza de quem sabe que o coração pode ser bastante sensível, mas que, em certos momentos, a razão impõe decisões. E a razão impõe o ajuste fiscal. Ele será feito. Conto, mais uma vez, com o Congresso. Peço sua compreensão. O Executivo não vai vacilar em tomar as medidas necessárias para que isso ocorra.

Da mesma maneira – e também não preciso sequer reprimir –, essas modificações, esse apoio à indústria nacional, aos produtores no Brasil, não será um apoio sem que haja a manutenção de uma economia aberta e competitiva, pelas razões que já foram aqui expostas, porque nós não temos mais a escolha de outro caminho. O nosso caminho é o da abertura e o da competição. Mas é preciso temperar a consolidação de uma economia de mercado com políticas macroeconômicas suscetíveis de promover drástica redução de taxa de juros, de promover, em regime de urgência, uma reforma tributária para não penalizar quem produz.

Estamos empenhados na reforma tributária. Está no Congresso, de novo. Não quero estar sozinho, com alguns – e alguns estão aqui – dos congressistas que mais têm consciência. E que o País assista com o dedo para cima ou o dedo para baixo. Que seja para cima. Mas, mesmo que seja para cima, não quero que seja uma vitória só nossa, dos que estão no dia-a-dia, quero que seja da Nação. E, para que seja da Nação, o diálogo é essencial também nos momentos das definições das questões relativas à reforma tributária e à criação dessas condições necessárias, para que nós possamos reduzir a taxa de juros.

É preciso gerar, portanto, um ambiente favorável à competitividade, tanto interna quanto externa. Esse ambiente, repito, requer as reformas, bem como confiança nos rumos do País e continuidade, sem retrocessos, do ajuste fiscal. Assim, os juros baixarão sem risco de voltar atrás.

Mas por que não tomar medidas adicionais para estimular quem produz, quem se moderniza e gera emprego? A verdade é que já estamos caminhando nesta direção. O Programa Brasil em Ação – e algumas partes dele aqui foram exibidas – está propiciando renovação de infra-estrutura e gerando oportunidades para novos investimentos produtivos. Os programas voltados para a produtividade explicam, em boa medida, o fato de o Brasil apresentar, hoje, a sexta maior taxa de crescimento de certificados ISO 9000 no mundo. Isso é a base da nossa transformação. É desenvolvimento tecnológico. É a qualificação do pessoal. É a capacidade que os senhores têm demonstrado de absorver esses desafios do mundo moderno.

Na área tecnológica, para cada real de renúncia fiscal, as empresas estão investindo, em média, mais de quatro reais. O dispêndio com ciência e tecnologia – aqui está o Ministro –, que nunca alcançava 0,7% do PIB, hoje atinge 1,2% do PIB. O BNDES passou a desempenhar papel crucial no apoio à reestruturação produtiva, assim como ao setor exportador. Mas nós podemos fazer mais e melhor, poderemos ser mais eficientes, se o Governo atuar de maneira mais articulada e em mais estreita parceria com o setor privado.

Aqui foi dito, e reconheço que é assim: é este o sentido básico do Ministério do Desenvolvimento, que resultará da transformação do

Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Ele se propõe, basicamente, a manter canal de comunicação aberto – não li este discurso antes – e desimpedido com o setor produtivo, para escutar suas demandas e buscar, em parceria, as soluções. Propõe-se esse Ministério, no âmbito do Governo, a articular os que formulam as políticas com os que dispõem dos meios para executá-las. Ou seja, deslocar, para o âmbito do novo Ministério, o BNDES e coordenar as ações do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia através desse Ministério; e apoiar tanto os processos de reestruturação industrial quanto as exportações; equipar, portanto, o Estado para atuar com mais eficiência nos casos de concorrência desleal, porque nós precisamos ter mais agilidade nessa matéria e mais capacidade de resposta, para podermos nos integrar sem que haja perdas para o nosso setor produtivo.

Em suma, faremos o que todo Estado moderno e desenvolvido faz na defesa do seu setor produtivo e dos empregos para a população, porque a verdade é que muitos pregam o que não fazem. E vários dos nossos produtos são barrados nas fronteiras dos nossos parceiros comerciais por tarifas elevadas, assim como por barreiras não-tarifárias, o que não pretendemos fazer. É preciso lutar contra esta discriminação que permanece. E os que acompanham a ação do Governo sabem que o Governo tem desenvolvido a capacidade institucional para lidar com esses fenômenos, porque não a tínhamos.

E nós ainda temos que aprender muito como lidar, de maneira adequada, com esses fenômenos, como os outros países também fazem. Essa maneira adequada requer uma vigilância permanente de legislações, requer a capacidade de mobilização de advogados, com competência, para que nós possamos defender os nossos casos. E requer, quando necessário, a ação até mesmo do Presidente da República, junto aos Presidentes de outros países, para chamar a atenção e alertar para as medidas, que são medidas que vêm em prejuízo da nossa produção.

Acho, portanto, que a criação, a transformação desse Ministério, é alguma coisa que vai responder aos anseios do setor produtivo nacional e vai ser uma peça fundamental para o ajuste fiscal, para a manutenção das nossas políticas macroeconômicas, e, portanto, não pode ser pensa-

da como se fosse um pólo contrário àquilo que é decisão do Presidente da República. Até porque só os ilusos imaginam que, num governo que é eleito e tem apoio congressual, sejam possíveis definições cruciais sem que elas signifiquem a vontade do Presidente. A vontade do Presidente está por trás das decisões. Portanto, as críticas que forem dirigidas às políticas do Governo são, *ipso facto* – e disso não me queixo – dirigidas a mim, porque a responsabilidade é minha.

A criação, portanto, desse órgão, que é decisão minha também, não está em discussão. Disse há muito tempo que o faria. Farei. Não é para se contrapor à política econômica macro, do Governo do Brasil, porque essa política é do Presidente da República.

Na virada do século, as fontes de conflitos internacionais não estão mais nas disputas de fronteiras, nem nas diferenças ideológicas, mas na guerra pelo emprego. Resta, agora, recriar as condições para assegurar um crescimento mais rápido e sustentado, condição indispensável para a geração de empregos e para a maior distribuição de riqueza, como foi, por todos nós, pedido e desejado. É o que queremos.

Nós estamos no rumo certo. Não nos falta coragem para enfrentar as dificuldades transitórias pelas quais estamos passando. Estamos unidos, todos, no objetivo maior de distribuir renda e de combater as desigualdades. E isso nos dá a convicção de que o aniversário dos 500 anos será um atestado da nossa maioridade. A maioridade de um país que, finalmente, logra reconciliar uma democracia plena com uma economia próspera e uma sociedade que quer ser mais justa.

Portanto, daqui por diante, no início dessa comemoração, nós devemos tomar a oportunidade para, no dia-a-dia, fazermos o que aqui foi pregado e para que tenhamos confiança nesta nação, não apenas cada um de nós, o conjunto, um conjunto que foi capaz, como eu disse, da Descoberta e de reinventar e que agora está no momento desafiador da continuidade dessa imaginação criativa. E que nós afastemos aquilo que tolda, muitas vezes, a capacidade de vê-lo já realizado e de sonhar com o que queremos fazer e, portanto, de avançar, mesmo que não alcancemos o sonho de um caminho melhor.

E termino usando uma frase que o Vice-Presidente, Marco Maciel, costuma dizer sempre: “O otimista” – eu sou, ele também é, aqui a maioria é – “às vezes erra. O pessimista começa errando.” Vamos acertar, pelo Brasil!